

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

*(Anteriormente denominada como Geru
Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.)*

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2019**

Conteúdo

Comentário de desempenho	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

RUGE SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. Comentário de desempenho

São Paulo, 02 de abril de 2020

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

1. Contexto organizacional

A Companhia atua como securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.686/00") com o objetivo exclusivo de aquisição de créditos oriundos de operações financeiras para posterior securitização destes créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil.

A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

A Companhia não possui sociedades controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, não havendo dependência de mercados estrangeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 2.629 mil, dividido em 2.629.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (300.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2018).

A controladora integral da Companhia é a Geru Holding Limited, sediada em Londres, Reino Unido.

Operações

A Companhia atua na aquisição de direitos creditórios originados por meio da plataforma eletrônica da Geru Tecnologia e Serviços S.A. ("Geru Tecnologia" ou "Plataforma"), parte relacionada, e realiza tal aquisição com recursos captados por meio de emissão de debêntures. O valor integralizado por investidores é aplicado pela Companhia na compra dos direitos creditórios (cédulas de crédito bancário) por meio de endosso formalizado entre a Companhia e as instituições financeiras parceiras, que concedem as operações de crédito originadas pela Plataforma. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de servirem de lastro para as emissões de debêntures da Companhia, também são dadas em garantia a todos investidores da emissão vinculada aos seus créditos, através de contratos de cessão fiduciária.

Os contratos de prestação de serviços relativos à originação, avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru Tecnologia.

2. Resultados

Desde sua constituição, em 7 de julho 2015, até o período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou 7 emissões de debêntures no montante total de R\$ 728.991 mil e com os recursos recebidos das CCBs, pagou aos debenturistas R\$ 501.161 mil durante o mesmo período.

As debêntures asseguraram aos debenturistas, prêmios de reembolso e juros remuneratórios condicionados à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

	Vencimento	Em R\$ mil	
		Integralizações	Repagamentos
Debêntures - 1ª Emissão (i)	07/07/2020	16.017	(16.627)
Debêntures - 2ª Emissão (i)	07/07/2020	17.443	(19.473)
Debêntures - 3ª Emissão	04/07/2020	30.121	(32.581)
Debêntures - 4ª Emissão	01/11/2020	50.174	(49.629)
Debêntures - 5ª Emissão	23/05/2021	140.315	(124.139)
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior	16/11/2021	163.524	(156.025)
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada	16/11/2021	73.125	(32.061)
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior	10/10/2022	142.598	(50.521)
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino	10/10/2022	47.837	(10.053)
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada	10/10/2022	47.837	(10.053)
		728.991	(501.161)

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures, realizada em 1º de junho de 2019, foi prorrogada a data de vencimento das debêntures para o dia 7 de julho de 2020.

Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados para a aquisição de CCBs no montante total de R\$ 835.948 mil.

	Em R\$ mil
	CCBs adquiridas
CCBs – 1ª Emissão	16.753
CCBs – 2ª Emissão	18.438
CCBs – 3ª Emissão	31.527
CCBs – 4ª Emissão	52.235
CCBs – 5ª Emissão	151.369
CCBs – 6ª Emissão	245.966
CCBs – 7ª Emissão	319.660
	835.948

3. Auditoria e serviços de não auditoria

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nossos auditores não prestaram serviços de não auditoria para a Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Redução ao valor recuperável dos créditos a receber

Descrição

Conforme descrito nas notas explicativas nº 6 c e 9, para fins da determinação da perda por redução ao valor recuperável dos créditos a receber, a Companhia classifica as operações de Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) em três estágios. A classificação das operações de CCBs em estágios de risco envolve julgamentos da Companhia baseados em sua metodologia interna de classificação de risco, a qual é desenvolvida por meio de estudos internos, que envolvem histórico de pagamentos, prazo de vencimento por contrato e percentual de recuperação da carteira. Devido à relevância dos créditos a receber e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas em sua determinação poderia ter nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Realizamos o entendimento dos processos relacionados à elaboração do estudo para determinação da perda por redução ao valor recuperável de créditos a receber e ao processo de apuração desta estimativa. Avaliamos com ajuda de especialistas internos a razoabilidade das premissas da Companhia usadas para determinar a perda por redução ao valor recuperável comparando com os dados históricos dos créditos a receber, tais como histórico de pagamentos, prazo de vencimento por contrato e percentual de recuperação da carteira. Efetuamos ainda o recálculo da perda por redução ao valor recuperável de créditos a receber tendo por base as premissas determinadas pela Companhia para a classificação dos estágios de risco e comparamos a razoabilidade das estimativas realizadas em exercícios anteriores com as perdas efetivas reconhecidas nos períodos subsequentes. Avaliamos também a razoabilidade das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, principalmente em relação à descrição dos níveis de risco de crédito.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo de créditos a receber, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de abril de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros SA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	326	167.328
Caixa Restrito	8	29.214	-
Créditos a receber	9	310.039	252.372
Redução ao valor recuperável recebíveis	9	(136.927)	(111.807)
Outros ativos		572	213
Total do ativo circulante		203.224	308.106
Créditos a receber	9	146.900	187.498
Redução ao valor recuperável de empréstimos	9	(64.878)	(73.452)
Total do ativo não circulante		82.022	114.046
Total do ativo		285.246	422.152

Passivos	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		447	189
Debêntures	10	185.612	242.014
Impostos a recolher		29	112
Adiantamentos		120	-
Total do passivo circulante		186.208	242.315
Debêntures	10	98.734	179.803
Provisão para Contingências	11	14	-
Total do passivo não circulante		98.748	179.803
Patrimônio líquido			
Capital social	12	3.709	300
Capital social a Integralizar	12	(1.080)	
Prejuízos acumulados	12	(2.339)	(266)
Total do patrimônio líquido		290	34
Total do passivo e patrimônio líquido		285.246	422.152

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Demonstração do resultado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita Operacional	16	125.291	100.783
Lucro bruto		<u>125.291</u>	<u>100.783</u>
Despesas gerais e administrativas	17	(2.073)	(4.700)
Despesas no Fluxo da Operação		(756)	
Recuperação de despesas		770	1.087
Despesas com Contingências	11	(14)	-
Provisão para perdas na carteira	17	16.545	(129.640)
Provisão remuneração dos debênturistas	17	(16.545)	129.640
Resultado antes das receitas financeiras líquidas		<u>123.218</u>	<u>97.170</u>
Receitas financeiras	18	28	4.745
Despesas financeiras	18	(125.319)	(101.915)
Receitas financeiras líquidas		<u>(125.291)</u>	<u>(97.170)</u>
Resultado do exercício		<u><u>(2.073)</u></u>	<u><u>-</u></u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico (em R\$)		(0,559)	-
Resultado por ação - diluído (em R\$)		(0,559)	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	<u>(2.073)</u>	<u>-</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(2.073)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2018	<u>300</u>	<u>-</u>	<u>(266)</u>	<u>34</u>
Resultado do período	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>300</u>	<u>-</u>	<u>(266)</u>	<u>34</u>
Aumento de capital	3.409	-	-	3.409
Capital Social a Integralizar	-	(1.080)	-	(1.080)
Resultado do período	-	-	(2.073)	(2.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.709</u>	<u>(1.080)</u>	<u>(2.339)</u>	<u>290</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(2.073)	-
Ajustes para:		
Juros sobre os créditos a receber	125.291	100.783
Provisão para perda de créditos a receber	16.545	129.640
Provisão para perda no prêmio de debêntures	(16.545)	(129.640)
Varição em:		
(Aumento) em caixa restrito	(29.214)	-
(Aumento) em créditos a receber	(17.069)	(221.044)
(Aumento) redução em outros ativos	(358)	156
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	258	(532)
Aumento em impostos a recolher	(83)	76
Aumento em outras obrigações	120	-
Aumento em provisão para contingências	14	-
Pagamento de Debêntures a Distribuir	(12.090)	-
Prêmio das debêntures pagos	(54.897)	(24.686)
Fluxo de caixa líquido gerado/utilizado nas atividades operacionais	9.899	(313.647)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de aumento de capital de acionistas	2.329	-
Recursos provenientes da emissão de debêntures	-	405.021
Pagamento de principal de debêntures	(179.230)	(168.400)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(176.901)	405.021
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(167.002)	91.374
Caixa e equivalentes de caixa no início	167.328	75.954
Caixa e equivalentes de caixa no final	326	167.328
Varição	(167.002)	91.374

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas		
Receita Operacional	125.291	100.783
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados de terceiros	(2.073)	(1.023)
Outras (despesas) receitas operacionais	(28)	(2.590)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	123.190	97.170
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	28	4.745
Valor adicionado total a distribuir	123.218	101.915
Distribuição do valor adicionado	123.218	101.915
Despesas financeiras	125.291	101.915
(Lucros retidos) prejuízo do exercício	(2.073)	-
Valor adicionado distribuído	123.218	101.915

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., foi constituída em 7 de julho de 2015. A Companhia é constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sua sede social localizada na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º Andar, Pinheiros, São Paulo, Capital.

A Companhia atua na aquisição e securitização de créditos financeiros, emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades, no segmento operacional de crédito pessoal; realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

Em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou “Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (“VERT Consultoria”), que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia.

Em 19 de fevereiro de 2019 em linha com o disposto no “Acordo Operacional e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia e a VERT Consultoria, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária também aprovou a alteração da denominação social da Companhia para Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Os contratos de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru, parte relacionada da Companhia. A Geru Tecnologia é subsidiária integral da Geru Holding Limited, controladora da Companhia, sediada em Londres, Reino Unido.

Os fluxos de caixa da companhia serão mantidos pela Geru Holding Limited, controladora da Companhia por meio de aportes de capital, compensando os prejuízos gerados pelas despesas fora do fluxo operacional.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com os pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração e Apresentação Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi autorizada pela Diretoria em 02 de abril de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, como provisão para perda na carteira de créditos a receber, provisão para perda no prêmio das debêntures e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas informações contábeis é determinado nessa base.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

(ii) Receita de juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto para os ativos que possuem problemas de recuperação de crédito classificamos como “não performado”.

A Companhia classifica uma operação de crédito como “não performado” se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de 90 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida uma vez que não a probabilidade de recebimento torna-se muito baixa .

Créditos a receber, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

A aquisição de tais créditos ocorreu durante o período. O prazo de vencimento dos créditos varia de 12 a 36 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

(iii) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(iv) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

- Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria o créditos a receber e outros ativos.
- Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa e caixa restrito.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

Redução ao valor recuperável: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. No exercício de 2019, como parte do processo de revisão anual das estimativas de provisões de redução ao valor recuperável verificamos que houve variação entre a recuperabilidade efetiva e as perdas projetadas para os ativos, desta forma, as premissas para cálculo das provisões de redução ao valor recuperável dos ativos foram reavaliadas.

O modelo de perda de crédito esperada inclui uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses, aplicados para ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente;

- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1. A Companhia não reavalia os tomadores com base no seu histórico de crédito após a aquisição das CCBs assim, não há mudança no “rating” dos tomadores.

A Companhia avalia a alteração no risco de inadimplência através da observação do comportamento destes tomadores ao longo do período sob análise, comparando as mudanças nas faixas de atraso com as respectivas probabilidades de perda. Considerando estas informações como razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, como indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

c. Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores e Debêntures.

(v) Provisões

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta-corrente	-	600
Aplicações financeiras – CDB	326	166.728
Total	326	167.328

Os CDBs e as aplicações financeiras compromissadas são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (99% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

8 Caixa Restrito

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta-corrente	7.016	-
Aplicações financeiras – CDB	22.197	-
Total	29.213	-

Os valores contidos como caixa restrito são mantidos para pagamento de juros e amortização das debentures, sendo seu uso exclusivo para esses devidos fins. Visto que o período de alocação dos ativos acabou, todos os valores recebidos na operação são destinados exclusivamente para os fins acima mencionados.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (99% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

9 Créditos a Receber

	31/12/2019	31/12/2018
Cédulas de crédito bancário – CCBs	456.939	439.870
Redução ao valor recuperável	(201.805)	(185.259)
Total	255.134	254.611
Circulante	310.039	252.372
Redução ao valor recuperável	(136.927)	(111.807)
Total Circulante	173.112	140.565
Não circulante	146.900	187.498
Redução ao valor recuperável	(64.878)	(73.452)
Total não Circulante	82.022	114.046
Total	255.134	254.611

i. Movimentação dos créditos a receber

	Saldo em 31/12/2018	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	(Provisão) Reversão para perdas na Carteira	Amortização		Saldo líquido em 31/12/2019
					Principal	Juros e Encargos	
CCBs - 1ª Emissão	11	-	627	1.366	(142)	(1.861)	-
CCBs - 2ª Emissão	350	-	523	390	(514)	(748)	-
CCBs - 3ª Emissão	1.840	-	1.343	(216)	(2.250)	(691)	26
CCBs - 4ª Emissão	6.832	-	2.490	844	(6.212)	(3.439)	516
CCBs - 5ª Emissão	34.168	-	12.003	255	(25.003)	(14.131)	7.292
CCBs - 6ª Emissão	125.366	-	39.154	(14.056)	(67.961)	(41.773)	40.728
CCBs - 7ª Emissão	86.044	221.365	69.152	(5.128)	(98.745)	(66.116)	206.572
Total	254.611	221.365	125.291	(16.545)	(200.828)	(128.759)	255.134

Amortização

	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	(Provisão) / Reversão ao valor recuperável	Principal	Juros e encargos	Saldo líquido em 31/12/2018
CCBs - 1ª Emissão	794	-	478	(98)	(513)	(650)	11
CCBs - 2ª Emissão	2.898	-	869	70	(2.428)	(1.059)	350
CCBs - 3ª Emissão	9.471	-	2.561	(757)	(6.479)	(2.956)	1.840
CCBs - 4ª Emissão	29.216	-	6.820	(5.808)	(13.857)	(9.539)	6.832
CCBs - 5ª Emissão	123.227	-	32.401	(43.037)	(45.962)	(32.461)	34.168
CCBs - 6ª Emissão	4.578	241.445	52.060	(70.853)	(55.633)	(46.231)	125.366
CCBs - 7ª Emissão (i)	-	98.295	5.593	(9.157)	(4.693)	(3.994)	86.044
Total	170.184	339.740	100.782	(129.640)	(129.565)	(96.890)	254.611

A carteira de créditos a receber é composta por CCBs sem garantias remuneradas a juros prefixados com taxas que variam entre 2,00% e 5,00% ao mês. As CCBs estão vinculadas às emissões de debêntures (vide Nota Explicativa 10) e eventuais inadimplementos ou perdas efetivas são repassadas em sua totalidade aos debenturistas.

(i) **CCBs - 7ª Emissão**

Em 31 de dezembro de 2019 o período de alocação das CCBs relativas à 7ª Emissão de Debêntures encontrava-se encerrado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.

ii. **Redução ao valor recuperável de créditos a receber**

	31/12/2019	31/12/2018
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 1	-	(166)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 2	-	(179)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 1ª Emissão – Estágio 3	(6.208)	(7.228)
Total redução ao valor recuperável – 1ª emissão	(6.208)	(7.573)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 1	(979)	(1.053)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 2	(139)	(150)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 2ª Emissão – Estágio 3	(4.008)	(4.312)
Total redução ao valor recuperável – 2ª emissão	(5.126)	(5.515)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 1	(3.037)	(2.972)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 2	(450)	(440)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 3ª Emissão – Estágio 3	(6.663)	(6.521)
Total redução ao valor recuperável – 3ª emissão	(10.149)	(9.933)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 1	(7.075)	(7.392)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 2	(1.555)	(1.625)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 4ª Emissão – Estágio 3	(10.197)	(10.654)
Total redução ao valor recuperável – 4ª emissão	(18.826)	(19.671)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 1	(27.802)	(27.916)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 2	(5.254)	(5.276)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 5ª Emissão – Estágio 3	(29.241)	(29.361)
Total redução ao valor recuperável – 5ª emissão	(62.297)	(62.553)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 1	(47.142)	(39.338)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 2	(8.624)	(7.196)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 3	(29.147)	(24.322)
Total redução ao valor recuperável – 6ª emissão	(84.913)	(70.856)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 1	(13.490)	(8.648)

Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 2	(796)	(510)
Redução ao valor recuperável - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 3	-	-
Total redução ao valor recuperável – 7ª emissão	(14.286)	(9.158)
Total redução ao valor recuperável – Estágio 1	(99.524)	(87.485)
Total redução ao valor recuperável – Estágio 2	(16.818)	(15.376)
Total redução ao valor recuperável – Estágio 3	(85.463)	(82.398)
Total redução ao valor recuperável	(201.805)	(185.259)

10 Debêntures

	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures - 1ª Emissão (a.i)	56	427
Debêntures - 2ª Emissão (a.i)	43	818
Debêntures - 3ª Emissão (a.ii)	758	3.274
Debêntures - 4ª Emissão (a.ii)	2.004	8.329
Debêntures - 5ª Emissão (a.ii)	9.493	41.557
Debêntures - 6ª Emissão (a.iii e a.iv)	47.582	134.571
Debêntures - 7ª Emissão (a.v, vi e vii)	224.410	232.841
Circulante	185.612	242.014
Não circulante	98.734	179.803
Total	284.346	421.817

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CCBs. As carteiras de recebíveis são segregadas fiduciariamente.

Na hipótese de não realização dos créditos decorrentes das CCBs até a data de vencimento ou até a data de pagamento das Debêntures, poderá ocorrer, de acordo com os termos do inciso I do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.686, a critério da Companhia e em benefício desta, a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Companhia, no limite e na proporção dos seus créditos, das CCBs não realizadas nos respectivos vencimentos.

a. Características das Debêntures

- i. As Debêntures da 1ª e 2ª Emissão assegurarão aos debenturistas um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada exercício de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- ii. As Debêntures da 3ª à 5ª Emissão assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- iii. As Debêntures da 6ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à 175% da DI (“depósitos interfinanceiros”),

calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

- iv. As Debêntures da 6ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, e juros remuneratórios e amortização de principal da Série Sênior, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior.
- v. As Debêntures da 7ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à CDI + spread de 4,25% a.a., calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- vi. As Debêntures da 7ª Emissão - Série Mezanino assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios de 18% a.a., a serem pagos mensalmente, calculados desde a data da primeira integralização da Série Mezanino até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composto de até 12 meses ou até a alocação dos recursos. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- vii. As Debêntures da 7ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas juros remuneratórios de 18% a.a. calculados apenas durante o período de alocação prioritária de recursos, ou seja, após o período entre data da primeira integralização da Série Subordinada até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período compostos de até 12 meses ou até a alocação dos recursos. Adicionalmente, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, serão realizados pagamentos de prêmios de reembolso correspondentes ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”). O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior e Mezanino.

b. Vencimento das debêntures

A perspectiva de pagamentos das debêntures são conforme segue:

Emissão	Série	Vencimento	2020	2021	2022	Total
Debêntures - 1ª Emissão (i)	Única	07/07/2020	56	-	-	56
Debêntures - 2ª Emissão	Única	07/07/2020	43	-	-	43
Debêntures - 3ª Emissão	Única	04/07/2020	758	-	-	758
Debêntures - 4ª Emissão	Única	01/11/2020	2.004	-	-	2.004
Debêntures - 5ª Emissão	Única	23/05/2021	9.485	8	-	9.493
Debêntures - 6ª Emissão	(ii)	16/11/2021	38.324	9.258	-	47.582
Debêntures - 7ª Emissão	(iii)	10/10/2022	134.942	73.714	15.754	224.410
Total			185.612	82.980	15.754	284.346

- i.* Em Assembleia Geral Extraordinária dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures, realizada em 1º de junho de 2019, foi prorrogada a data de vencimento das debêntures para o dia 7 de julho de 2020 em virtude do vencimento inicial previsto para dezembro 2019.
- ii.* A sexta emissão é composta por duas Séries, sendo Subordinadas e Seniores.
- iii.* A sétima emissão é composta por três Séries, sendo Subordinadas, Mezaninos e Seniores.

c. Cláusulas de vencimento antecipado

Os debenturistas da 1ª. a 7ª. emissões, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos de inadimplemento, conforme estipulado na escritura. Da 1ª à 5ª Emissão não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos. Para o exercício de 2019, não houve ocorrência de inadimplemento.

Os debenturistas da 6ª e 7ª Emissões, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos automáticos como:

- Criação de ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos
- Descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis
- Insolvência
- Cessaçãõ de atividades empresariais
- Índices financeiros de cobertura.

Em relação a 6a. emissão a escritura prevê índice de cobertura para que ocorra evento de desalavancagem, desta forma mensalmente são apurados os índices considerando pro forma os pagamentos de remuneração e as amortizações extraordinárias obrigatórias nas respectivas datas de pagamentos, obtendo como base o saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 70%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da primeira série. Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Cobertura era de 1,08. A meta do índice é maior ou igual a 1,00, portanto está em cumprimento.

Em relação a 7a. emissão a escritura prevê índice de cobertura distintos entre as séries Sênior e Mezanino para para que ocorra evento de amortização sequencial ou pro rata, desta forma mensalmente são apurados os índices considerando pro forma os pagamentos de remuneração e as amortizações extraordinárias obrigatórias nas respectivas datas de pagamentos conforme métricas abaixo:

- Série Sênior, o Índice de Cobertura I deverá ser calculado com base no saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 60%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Cobertura I era de 0,99.

- Série Mezanino, o Índice de Cobertura II deverá ser calculado com base no saldo devedor das CCBs multiplicado pelo fator de ponderação de 80%, somado ao valor das disponibilidades e dividido pelo saldo das debêntures da Série Sênior somados às debêntures da Série Mezanino em circulação, calculados após o primeiro mês completo de alocação. Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Cobertura II era de 0.92.

A meta dos índices da 7ª Emissão de Debêntures é estar maior ou igual a 1,00 para fins de convocação de Assembléia de Debenturistas para deliberação e maior ou igual 0,95 para fins de mudança no regime

de amortização, porém serão efetivos somente após o término do período de aceleração a findar-se em 31 de março de 2020.

d. Cessão fiduciária em garantia

A Companhia, de acordo com os contratos de cessão fiduciária da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, irrevogavelmente transfere para a totalidade dos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de todos os direitos da Companhia, presentes ou futuros, sobre (i) as CCB atuais e futuras, vinculadas e a serem vinculadas à 6ª e 7ª Emissão, (ii) os direitos creditórios decorrentes das contas bancárias de titularidade da Companhia, exclusivamente associadas à 6ª e 7ª Emissão, (iii) os ativos financeiros investidos com recursos disponibilizados nas contas exclusivas, assim como os direitos creditórios referentes a quaisquer valores devidos à Companhia em razão do investimento em tais ativos financeiros, inclusive enquanto estiverem em trânsito das contas exclusivas ou destinados a elas, decorrentes de vendas, amortizações ou resgates de tais ativos financeiros, e (iv) os direitos creditórios oriundos dos contratos de opções de juros celebrados exclusivamente para hedge das obrigações objeto da Emissão, contratados e que venham a ser contratados no âmbito da 6ª e 7ª Emissão.

A Cessão Fiduciária resulta na transferência fiduciária em garantia aos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão, e seus respectivos sucessores e eventuais cessionários da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta dos direitos dados em garantia, permanecendo a sua posse direta com a Companhia.

11 Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura como parte em três processos judiciais cíveis, dois classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 14 (31 de dezembro 2018 – 0) e um classificado como perda possível no valor de R\$ 18 (31 de dezembro 2018 – R\$ 10).

12 Capital social

i. Capital social e reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social integralizado da Companhia era de R\$300 dividido em 300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de fevereiro de 2019, foi aprovada a emissão de 1.500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas pela acionista Geru Holding Limited.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 5 de setembro de 2019, foi aprovada a emissão de 409.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas pela acionista Geru Holding Limited.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 02 de dezembro de 2019, foi aprovada a emissão de 1.500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal subscritas pela acionista Geru Holding Limited.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 3.709 dividido em 3.709.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (300.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2018), sendo o total do capital integralizado de R\$ 2.629. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

ii. Natureza e propósito da reserva

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Face ao prejuízo do exercício, não foi constituída reserva legal no exercício.

iii. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Face ao prejuízo do exercício, não foi distribuído dividendos no exercício.

13 Gerenciamento do capital

A política da Companhia é manter um equilíbrio entre ativos e passivos para que tanto os riscos quanto os retornos e prazos sejam análogos na ponta ativa e passiva de suas transações, operando desalavancada de forma a não exigir uma base de capital substancial para manter a confiança do investidor.

14 Instrumentos financeiros

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Dada as características dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, a administração entende que seus valores justos não diferem de forma significativa dos saldos contábeis na data do balanço.

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

i. *Riscos de crédito*

Apesar da Companhia não deter o risco de crédito, há o risco dos ativos vinculados às debêntures incorrer em perdas financeiras caso um tomador falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de créditos a receber. Conforme estipulado nas escrituras de emissão das debêntures, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, dessa forma, o risco de crédito pelo inadimplemento das CCBs é compensado na remuneração do debenturista.

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A avaliação de crédito é feita no momento da solicitação do crédito na plataforma da GERU Tecnologia que, analisa individualmente cada novo cliente, quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamentos.

A Companhia efetua renegociações de empréstimos em situação de atraso, objetivando a maximização do retorno da carteira para os debênturistas, em casos em que as renegociações se estendem por período superior ao esperado para a carteira de crédito da CCB renegociada, vencendo o período de vigência das Debêntures, há a dação em pagamento dos montantes em aberto aos debênturistas das respectivas emissões (vide nota explicativa 10).

A Companhia não exige garantias com relação aos “Créditos a receber”.

Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

A Companhia detinha respectivamente Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito de R\$ 7.342 e R\$22.197 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 167.328 e R\$0 em 31 de dezembro de 2018). O caixa e equivalentes de caixa e os caixas restritos são mantidos com instituições financeiras de primeira linha.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros de acordo com os cronogramas de desembolso de pagamento do principal e prêmios aos debênturistas. Tendo em vista que, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, a Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas às 'Debêntures'.

iii. Risco de mercado (taxa de juros)

A Companhia adota como política que sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Para isso, a Companhia adquire CCBs com taxa de juros fixa e transfere aos debênturistas o equivalente ao rendimento líquido dos créditos a receber.

15 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(2.073)	-
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	-	-
Provisão para perda na carteira	16.545	44.078
Provisão para remuneração dos debenturistas	(16.545)	(44.078)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal não constituídos	-	-
Total	(2.073)	-

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não constituiu créditos sobre prejuízos de R\$ 2.073 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018), uma vez que não há expectativa de recuperação futura.

16 Receita operacional

A receita operacional da companhia é proveniente apropriação de juros dos direitos creditórios.

31/12/2019

31/12/2018

Receita Líquida	125.291	100.783
Total de receita líquida	125.291	100.783

17 Despesas por Natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas gerais e administrativas (i)	(2.073)	(4.700)
Provisão para perda nos recebíveis	16.545	(129.640)
Provisão para remuneração dos debenturistas	(16.545)	129.640
Total das despesas administrativas	(2.073)	(4.700)

- (i) Refere-se substancialmente a despesas com prestadores de serviços como, contabilidade e auditoria e o fee de administração do patrimônio realizado pela VERT.

18 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de juros sobre:		
- Aplicações financeiras (i)	28	4.745
Despesas financeiras sobre:		
- Taxas e despesas bancárias (emissora)	-	(1.132)
- Remunerações dos debenturistas	(125.319)	(100.783)
Resultado financeiro líquido	(125.291)	(97.170)

- i) Em 31 de dezembro de 2019 refere-se ao resultado de aplicações financeiras da conta bancária excluindo os efeitos de rendimentos das contas cedidas fiduciariamente em garantia às emissões de debentures.

19 Partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Conforme descrito na Nota Explicativa 1, em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou “Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda, que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia. Desta forma, não houve remuneração de pessoal-chave da Administração pela Geru Tecnologia no período findo em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração total dos diretores foi de R\$ 1.092.

b) Transações e saldos com partes relacionadas

As partes relacionadas são as pessoas que possuem influência significativa na gestão da Companhia.

i. Contrato de prestação de serviços

Refere-se ao contrato de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Geru Tecnologia, equivalente a 1% (1ª a 4ª emissão de debêntures) ou 3% (5ª a 7ª emissão de debêntures) dos recebimentos totais feitos pela Companhia que são deduzidos do prêmio pago aos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2019 o montante total pago foi de R\$ 9.397 (R\$ 5.969 em 31 de dezembro de 2018). Não há saldos a pagar nas respectivas datas de balanço.

ii. Recuperação de despesas

A Companhia recupera as despesas de serviços profissionais e tarifas para manutenção da estrutura administrativa, que são de responsabilidade da Geru Tecnologia. Em 31 de dezembro de 2019, foi reembolsado o montante de R\$ 742 (R\$ 1.087 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia possui saldo a receber da Geru Tecnologia no montante de R\$ 393 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia recebeu a título de adiantamento da Geru Tecnologia no montante de R\$ 119 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018).

iii. Debêntures

No exercício de 2019, não foram integralizadas novas debêntures mantendo o saldo total de debêntures já integralizadas pela Companhia de R\$ 728.990 de 31 de dezembro de 2018, destas 15,72% foram detidas por partes relacionadas.

O total de despesas com debêntures com partes relacionadas em 31 de dezembro 2019 é de R\$ 19.696, correspondente aos 15,72% da quantidade total de debêntures integralizadas (R\$ 12.536 em 31 de dezembro de 2018, correspondente a 12,44%).

20 Eventos subsequentes

Com relação a eventos subsequentes, também em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação da Companhia, visto que possíveis impactos econômicos só trariam reflexos consideráveis, em datas futuras, e não tendo base concreta ou confiável para demonstrar os possíveis efeitos da inadiplência dos recebíveis considerando os impactos do COVID-19 em nossos negócios, entendemos que não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas demonstrações financeiras, que necessitassem de qualquer tipo e ajuste.

21 Outros assuntos

A Companhia afirma que não operou instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como em exercícios anteriores.